

Moldura para um retrato de Vieira

*Pelo palco e cenário
onde interpretou
a “comédia da sua vida,
pelas tensões
espirituais e políticas
em que se moveu,
pelo culto
da língua portuguesa
em cujo território
instalou uma pátria
de utilizadores
que o reconhece
como mestre,
o Padre António Vieira
personifica,
como mais ninguém,
os desafios e criatividade
do espaço cultural
luso-brasileiro.*

**Luís Machado
de Abreu**

Universidade de Aveiro

Não podemos olhar para o Padre António Vieira (1608-1697) sem ficarmos impressionados pelas muitas actividades em que o vemos envolvido, a todas se entregando inteiro e com paixão, como se fosse cada uma o único fim da sua existência.

Lembrado dos muitos papéis sociais que exerceu, o próprio António Vieira falará com ironia da comédia da sua vida: “Não há maior comédia que a minha vida: e quando quero ou chorar ou rir, ou admirar-me ou dar graças a Deus ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim ¹. Muito mais do que de comédia, tem a sua existência aventureira os principais ingredientes de um grande romance: personagens numerosas, nobreza das acções, intriga e surpresa.

Folheemos então alguns capítulos dessa história, fixando a nossa atenção nos sete ofícios do nosso herói: jesuíta, pregador e mestre exímio da língua portuguesa, diplomata da Restauração, amigo de judeus e cristãos novos, evangelizador e defensor de índios, profeta do Quinto Império, vítima do santo Ofício.

Membro da Companhia de Jesus

Nascido em Lisboa em 1608, passou nesta cidade os primeiros anos, até partir para o Brasil na companhia

¹ António Vieira, *Cartas*. III. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 718.

dos pais. Tendo chegado a S. Salvador da Baía, em 1614, aí frequentou o colégio que os Padres da Companhia de Jesus dirigiam.

Com o consentimento dos pais e já com quinze anos, pediu para ingressar na Companhia, tão grande era o fascínio exercido sobre ele pela exemplar dedicação dos padres. Uma vez admitido, iniciou o longo percurso de formação, fazendo o noviciado e, depois, o exigente ciclo de estudos e de experiência espiritual e pastoral, que fará dele um jesuíta combativo, profundamente empenhado nos objectivos da sua comunidade religiosa que o lema *ad maiorem Dei gloriam* (para maior glória de Deus) compendia. A entrega total à vocação não lhe alienou as qualidades de inteligência, o amor apaixonado à vida activa, a espontânea destreza no uso da palavra e a personalidade vigorosa. Concentrou antes todas essas capacidades no desenvolvimento do projecto de vida que escolheu. Entre os episódios reveladores de uma individualidade forte, ciosa da sua criatividade, conta-se a necessidade por ele sentida de pôr de lado as apostilas habituais nos estudos da época, e com o consentimento dos superiores, foi elaborando por si os tratados tanto de Filosofia como de Teologia. Com tal experiência de pensar próprio adquirida na juventude, há-de saber enfrentar as mais diversas situações e responder com firmeza aos inquisidores que o irão acusar de se meter em cavalarias altas de mais. Testemunho inabalável de coerência de ideias e de firmeza de procedimento!²

As voltas da vida proporcionaram-lhe dois momentos especialmente difíceis para a sua condição de jesuíta, sem que em nenhum deles tivesse sido verdadeiramente posta em causa a sua inteira fidelidade à Companhia.

Ocorreu o primeiro desses momentos críticos em 1649, no seguimento das campanhas diplomáticas em que andou envolvido ao serviço da Restauração. Ainda antes destas se iniciarem, já Viera tinha manifestado simpatia por judeus e cristãos novos, a ponto de os considerar peças fundamentais na consolidação económica e política de Portugal restaurado. Despertava assim a atenção vigilante do Santo Ofício e deixava mal vista a própria Companhia de Jesus, junto dos inquisidores. Por outro lado, as condições mundanas em que, por vezes, Vieira teve de viver, com escândalo e inveja de alguns, criaram mal-estar e compreende-se que comesse a correr a hipótese de ele vir a ser expulso da Companhia. O desempenho de missões diplomáticas, a ele especialmente confiadas por D. João IV, tinham alterado profundamente o estilo de vida simples e recatada do filho de S. Inácio de Loiola. A proximidade da corte e a vida social agitada em que o religioso foi mergulhando, contaminou-o com procedimentos mundanos, como vestir à secular com traje de cor escarlata, usar bigode e espada, ter criado ao seu serviço. Chegou mesmo a comentar-se que corriam na corte canções de amor atribuídas ao pregador.³ Estas quebras de austeridade e a entrega a actividades seculares opunham-se ao espírito da companhia e estavam expressamente censuradas em decretos das Congregações gerais. Os confrades e superiores não podiam, por isso, olhar de bom grado para tais cedências à vida mundana.

O agravamento das relações com a Companhia deveu-se ainda à divisão da Província de Portugal com o aparecimento da província do Alentejo, divisão em que se

² Ver António Lopes, "Como agir na fronteira do imponderável. Estudo sobre a questão dos índios e negros na vida do Padre Vieira", *Brotéria*, 145 (1997), p. 324.

³ Francisco Rodrigues, "O P. António Vieira. Contradições e Aplausos (À luz de documentação inédita)", *Revista de História*, Lisboa, Vol. XI, n.º 41 a 44, 1922, p. 86.

envolveu o Padre António Vieira, que obteve para tal o apoio do próprio Monarca. Esta divisão não era desejada pelos superiores maiores e, por essa razão, o Padre Geral chegou a determinar, em 1649, a saída do padre António Vieira da Companhia. Felizmente a decisão não foi executada, mais uma vez por influência de D. João IV, que a tal medida não deu o seu beneplácito.⁴

Posto a par das ameaças de expulsão, D. João IV chegou a propor-lhe um Bis-pado. Mas Vieira recusou com grande firmeza, em carta dirigida ao Secretário de Estado: “Que não tinha sua majestade tantas mitras em toda a sua monarquia, pelas quais ele houvesse de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus; e que, se che-gasse a ser tão grande a sua desgraça que a Companhia o despedisse, da parte de fora de suas portas se não apartaria jamais, perseverando em pedir para ser outra vez admitido nela, senão para religioso, ao menos para servo dos que o eram.”⁵

O segundo momento crítico ocorreu no contexto do processo que lhe moveu a Inquisição. As dificuldades e incompreensões foram sempre superadas pelo apego à família espiritual e pela dedicação às obras e missões da Companhia de Jesus. Vê-lo-emos, de 1688 a 1692, já octogenário e achacado, desempenhar funções de Visita-dor Geral da Companhia no Brasil por incumbência do próprio Superior Geral. Não obstante a dedicação, prudência e zelo postos no exercício do cargo não faltaram intrigas vindas de confrades. Um deles não hesitou sequer transmitir para Roma, em 1690, que se ilude quem julga que ele governa tão bem como prega, porque “é so-bremaneira extravagante nas ideias e na prática desastrado. A sua índole é vária e inconstante.”⁶ Remoques e pontuais faltas de apreço sempre existiram na convivên-cia de homens, aos quais nem a notoriedade nem a fraternidade religiosa servem de escudo resistente que baste. Erguem-se muito acima de toda a pequenez e fragilidade os gestos de identificação, até ao mais fundo da alma, com o espírito genuíno da Companhia. E não faltam em Vieira esses gestos de fidelidade essencial a Cristo, à Igreja e à família religiosa, através da qual se torna próxima e operante a entrega pela fé a Cristo e à Igreja. Veja-se, por exemplo, a estima e particular devoção a S. Fran-cisco Xavier, companheiro de S. Inácio e missionário incansável do Oriente. Dessa veneração dão testemunho os doze sermões genericamente designados “Xavier Dor-mindo e Xavier Acordado” (1694), nos quais a carga autobiográfica pesa sobrema-neira, a ponto de S. Francisco Xavier vir apresentado como o outro que Vieira sem-pre sonhou ser, ou, como judiciosamente já se escreveu, “Xavier, heterónimo de Vieira”⁷.

*P*regador e mestre exímio da língua

O ofício que mais celebrizou Vieira foi, sem dúvida, o de pregador. Ele que foi contestado em grande parte das actuações noutros sectores, viu unanimemente ren-dida a opinião de todos à excelência e genialidade dos seus dotes oratórios.

⁴ Francisco Rodrigues, *Op. cit.*, pp. 88-89.

⁵ André de Barros, *Vida do apostólico Padre António Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por antono-masia o Grande*. Lisboa, Na Nova Officina Sylviana, MDCCXLVI, p. 25 (Ortografia actualizada).

⁶ Francisco Rodrigues, *Op. cit.*, p. 106.

⁷ Mário Garcia, “Xavier, heterónimo de Vieira”, *Brotéria*, 145 (1997), pp. 437-467.

Podemos juntar a nossa admiração e aplauso ao louvor dos contemporâneos porque os quinze volumes de sermões, cuja publicação foi preparada pelo próprio Vieira, fizeram chegar até nós esses monumentos únicos da eloquência sagrada barroca. E embora os assuntos de natureza religiosa, moral e panegírica possam ser hoje menos atraentes, e certos pormenores de gosto nos pareçam já fora de uso, mantêm contudo toda a frescura as páginas em que a língua portuguesa se mostra ágil, variada, expressiva e rica para descrever costumes, censurar vícios, analisar contradições e esculpir simetrias. “Imperador da língua portuguesa”, lhe chamou Fernando Pessoa. Com inteira justiça, porque soube, como poucos, mostrar a plasticidade, subtileza e grandiloquência da nossa língua e, sobretudo, soube imaginar e exprimir com ela a utopia do Quinto Império. Na própria escrita, as marcas da oratória, com o vigor da inflamada voz do pregador que invoca argumentos, inquieta corações, quer mover vontades, sobrepõem-se à serenidade de ideias e palavras, imprimindo um tom de disputa com os leitores / ouvintes. Assim sucede em textos cuja motivação era explicar as suas ideias e convicções através de exposições escritas que deviam assegurar a sua defesa em face de acusações e interpretações tendenciosas.

Há em Vieira uma clara mais-valia da palavra falada sobre a escrita. Este tropismo da voz encerra muito mais do que o compreensivo instinto do pregador que se há-de sentir encarcerado sempre que lhe amarrem à letra morta a escrita, sem vibração de comunicação oral. Logo no início do processo inquisitorial, colocado perante sucessivas perguntas a que devia dar resposta escrita, levanta o seu protesto: “Mas isto não era para se argumentar escrevendo-se, senão falando. Ou hão-de dizer que é falso tudo isto que vimos e vemos”⁸. A mesma ênfase na antítese entre a letrecadáver e a voz-espírito vivo, ao referir o trabalho de preparação dos rascunhos dos sermões para publicação: “começo a tirar da sepultura estes meus borrões, que sem a voz que os animava, ainda ressuscitados são cadáveres”⁹.

A mestria com que sabe usar os recursos da língua revela-se, por exemplo, na clareza e rigor descritivo com que fala dos três reinos da natureza, da arte do estatuário, das espécies de peixes. Manifesta-a igualmente na maleabilidade com que dela se serve para dizer as subtilezas da exegese bíblica, ou intervir tanto nos costumes da corte como no quotidiano dos colonos da Baía.

O pregador lida com a Palavra de Deus, para aplicá-la à vida dos homens. O modo como Vieira faz, por vezes, essa aplicação às situações concretas é surpreendente. Não tem dificuldade, por exemplo, em identificar com a Companhia de Jesus o carro de que fala Ezequiel, ou em pôr o profeta Isaías a referir-se ao povo do Maranhão. Neste último caso, interpreta a expressão *gentem conculcatam*, do começo do capítulo XVIII de Isaías, como significando “gente pisada dos pés” pelos seus antípodas, e a expressão *gentem depilatam*, segundo outra tradução, que aparece mais adiante, como “gente sem pelo”, isto é, os nativos do Brasil, gente de pele lisa e sem barba.¹⁰ Isto que a nós nos parece pouco sério e, por isso, não convincente, impõe-se com toda a naturalidade a Vieira. Na Bíblia não há só verdades religiosas e morais. Está nela a chave de todos os mistérios da natureza e da vida. Esta chave não será

⁸ António Vieira, *Apologia das Coisas Profetizadas*. Introd. e notas por Adma Muhana. Lisboa, Cotovia, 1994, p. 34.

⁹ António Vieira, “Prólogo do Autor”, *Sermões*. I. Porto, Lello & Irmão Ed., 1959, p. LVII.

¹⁰ A. Vieira, *Livro anteprimeiro da História do Futuro*. Ed. crítica de José van den Besselaar. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, pp. 147-148.

devidamente usada, se não forem bem explorados todos os sentidos presentes na letra dos textos sagrados.

A convicção de que o sentido está disseminado com abundância por todo o lado provém de uma atitude aberta ao valor simbólico de quanto existe. As coisas não são só o que são. Também são sinais ou símbolos de outras realidades. Tudo liga com tudo. Está assim legitimado o recurso ao pensamento analógico que predomina nos seus escritos sobre o raciocínio dedutivo. O jogo das semelhanças é levado até ao extremo das situações em que tal jogo é possível. Por isso, Vieira não tem qualquer dificuldade em pensar que se os índios do Maranhão não sabem pronunciar o F, o L e o R isso deve-se ao facto de não terem *Fé*, nem *Lei*, nem *Rei*.

Vieira pregador verbera os vícios da sociedade portuguesa, sem poupar a corte e tudo quanto se movimenta à sua volta. Sempre entendeu que a palavra, falada ou escrita, tem de intervir na sociedade como força posta ao serviço da transformação dos costumes. O sermão do Bom Ladrão pregado na Igreja da Misericórdia, em Lisboa, no ano de 1655, é um dos exemplos mais corajosos dessa intervenção. Tanto para lá do Cabo da Boa Esperança, como para cá, tudo em Portugal é conjugação do verbo *rapio* em todos os tempos, modos e pessoas: “o resumo de toda esta rapante conjugação vem a ser o supino do mesmo verbo: a furtar, para furtar. E quando eles têm assim conjugado toda a voz activa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos, e elas ficam roubadas, e consumidas.”¹¹

Diplomata da Restauração

O jesuíta e homem do púlpito desempenhou também o ofício de Embaixador itinerante ao serviço da causa da restauração da independência nacional.

Tendo regressado a Lisboa, sua terra natal, em 1641, pouco depois de a notícia dos auspiciosos acontecimentos do 1º de Dezembro de 1640 terem chegado ao Brasil, foi apresentado a D. João IV, cativando de imediato a simpatia do rei, vindo a tornar-se seu conselheiro e pregador da capela real. O saber e a facilidade de relacionamento aliados ao amor à independência soberana do país habilitavam-no para o desempenho de missões urgentes destinadas a pôr ao lado de Portugal alguns governos estrangeiros.

Por três vezes será chamado a assumir funções de embaixador ao serviço de Portugal. Em 1646, o destino da missão são os Países Baixos do Norte. Ido de Rouen, desembarca em Haia para negociar aspectos da presença dos holandeses no Nordeste brasileiro. Em causa estava a recuperação de Pernambuco para a soberania portuguesa.

No ano seguinte, parte novamente em missão à França e Holanda. Em Paris tenta negociar o casamento do Príncipe D. Teodósio, herdeiro da coroa. Aos Países Baixos vai com o objectivo de adquirir cereais e comprar navios para a armada portuguesa. Tentará igualmente concluir a paz com a Holanda. Para financiar tudo isto, confiava na ajuda dos judeus ricos de Amesterdão.

¹¹ A. Vieira, *Sermões*. V. Porto, Lello & Irmão Ed., 1959, p. 73.

Tendo regressado a Lisboa, em 1648, faz propostas decisivas para resolver os problemas do comércio à semelhança das companhias holandesas e pretende que se constituam duas esquadras poderosas para garantir o transporte do açúcar entre as costas do Brasil e de Portugal. A Companhia do Comércio para o Brasil acabou por ser realmente constituída em 1649, acabando por contribuir para a libertação final de Pernambuco em 1654.

A terceira viagem diplomática deu-se em 1650. D. João IV enviou-o a Itália para negociar mais uma vez o casamento do herdeiro. Mas a diplomacia ao serviço de Filipe IV contrariou os objectivos do enviado português.

Amigo de judeus e cristãos-novos

A perspicácia e o sentido das realidades políticas levaram Vieira a perceber a importância dos judeus e cristãos novos na reorganização da actividade comercial e financeira de Portugal restaurado e na consolidação da sua independência, tanto na Europa como nas colónias.

Em 1643 dirigia ao rei uma petição para que deixasse os judeus regressar ao reino. Era uma iniciativa sensata por razões económicas e, sobretudo, porque a perseguição contra eles era injusta e não servia os interesses verdadeiros da nação. Tanto mais que essa perseguição contrariava as profecias de alguns visionários que anunciavam os bons serviços que os judeus haviam de prestar ao rei.

Mais tarde dirigirá nova petição ao monarca. Em nome dos cristãos novos pede-lhe três coisas: que os processos na Inquisição sejam abertos, explícitos, de modo a que os réus saibam quem os denunciou e os crimes de que são acusados; que os seus bens, quando postos ao serviço do comércio português, estejam isentos de confisco; que se acabe com a distinção social entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

O Santo Ofício encontrou sempre maneira de torpedear os propósitos de Vieira, mesmo quando o rei lhe dava sinais de apoio.

Poderíamos pensar que a razão deste interesse pelo povo judeu e pela melhoria das regras e procedimentos inquisitoriais assentava em factores oportunistas de política económica. Tais seriam, por um lado, a conjuntura internacional adversa a Portugal e, por outro, a completa penúria de bens e recursos que afligia o país nos anos decisivos da restauração da independência. Sem dúvida que este condicionalismo de pesadas carências contribuiu para que a mobilização de meios contasse com o dinheiro e os contactos comerciais de judeus e cristãos novos portugueses. Mas, aos olhos de Vieira, outras motivações havia que o predispunham para manter um relacionamento benevolente com o povo judeu. Entre cristãos e judeus existe em comum um vasto leque de doutrinas e referências religiosas oriundas do mesmo fundo bíblico. Para o jesuíta, o profetismo e a esperança messiânica apertavam singularmente os laços de aproximação e de curiosidade pelo que se estava a passar no mundo do judaísmo de então.

Por ocasião das viagens à Holanda, Vieira não só se avistou com membros da comunidade de judeus portugueses de Amesterdão, para estudar as modalidades do seu apoio financeiro a Portugal, como manteve disputas teológicas com o Rabino Menassés ben Israel sobre a esperança na vinda do Messias. Pretendia Vieira que o Messias já veio há muito, na pessoa de Jesus Cristo. Ensinava o Rabino que viria em breve novo Messias para realizar a salvação temporal e reconduzir à Terra Santa as dez tri-

bos perdidas de Israel, de cujo aparecimento recente nas Américas tinham chegado rumores a Amesterdão.

Estas ideias encontraram eco no espírito sensível e predisposto de Vieira, como facilmente se compreende.

*E*vangelizador e defensor dos índios

Quando jovem noviço teve oportunidade de viver algum tempo numa aldeia de índios animada pelos jesuítas. Essa experiência agradou-lhe tanto que propôs dedicar-se por inteiro à sua evangelização; mas vai ter de esperar. Quando, em 1652, regressou ao Brasil, pôde finalmente dedicar-se ao novo ofício em terras do Maranhão. E não deixou para outros o que ele mesmo podia fazer.

Empenhou-se totalmente nessa missão, procurando acompanhar e comunicar com os índios, ele que convivera com pessoas da mais alta sociedade europeia e se movimentara em ambientes de grande requinte. Aprende agora as línguas nativas e chega a redigir um catecismo breve em várias línguas locais.

Anima-o em toda esta azáfama a fé em Cristo. Ao sentido de justiça, que tinha apuradíssimo, vai beber inspiração para defender os direitos dos índios contra os abusos dos colonos. A situação era delicadíssima por serem vários e contraditórios os interesses em causa, relativamente aos quais Vieira procurava ser conciliador.

Só em casos bem definidos era permitido fazer dos índios escravos: quando o governo autorizava em situação de guerra “justa”; quando se tratava de resgatar índios que já eram escravos de outros índios; quando os cativos se destinavam a ser comidos por uma tribo inimiga; quando os índios se opunham à pregação do Evangelho.

Estas regras eram permanentemente desrespeitadas pelos colonos e pelos oficiais do rei. Vieira terá a coragem de enfrentá-los muitas vezes. Para defender essas regras, escreve ao rei e acaba por tomar a decisão de viajar para Lisboa e assim tratar directamente do assunto. Parte, de facto, a 14 de Julho de 1654. Na véspera pregara o célebre sermão de S. António aos Peixes.

A diligência acaba por ser bem sucedida, já que D. João IV decidiu que não podia haver guerra ofensiva contra os índios sem prévia autorização régia e que a direcção das aldeias ficava na dependência dos jesuítas, mesmo para os assuntos temporais.

Acontecia, porém, que o Brasil ficava longe. Decidir e legislar era uma coisa, cumprir e fazer cumprir outra muito diferente. Tanto mais que a morte de D. João IV em 1656 e as mudanças então verificadas na corte deixaram os propósitos de protecção aos índios sem verdadeira tradução na prática.

Regressado ao Brasil, continuará sem descanso o trabalho de defesa e promoção dos índios do Maranhão.

*P*rofeta do Quinto Império

O primeiro sermão pregado na capela real por Vieira é o sermão dos Bons Anos. Era o 1.º de Janeiro de 1642.

Num país mergulhado em ondas de sebastianismo, Vieira sente-se no seu elemento e, depois de anunciar que o assunto do sermão será as “Felicidades de Por-

tugal, juízo dos anos que vêm”, invoca diferentes profecias nacionalistas que falam de um império futuro conduzido por Portugal. E, na peroração final, entrega-se a uma exortação para que venha esse império.

Os elementos da fé sebastianista encontram-se neste sermão e vão desenvolver-se ao longo de toda a vida de Vieira. É um sebastianismo de actualidade que não espera pelo D. Sebastião histórico, porque vai identificando o Encoberto com as diferentes figuras da Casa de Bragança.

Chega mesmo a anunciar a ressurreição de D. João IV, através de um raciocínio cujo fundamento está na palavra profética de Bandarra, o sapateiro de Trancoso: “O Bandarra é verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que el-rei D. João o Quarto há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando; logo, el-rei D. João o Quarto há-de ressuscitar.”¹²

Esta disposição para acreditar igualmente nos profetas bíblicos e em profetas não canónicos de vária origem, leva Vieira a compartilhar a onda messiânica que sacudiu as comunidades judaicas da diáspora, que esperavam para o ano de 1666 a revelação do Messias. É a “era dos seis” em que se “faz o conto cheio”, isto é, em que a numeração romana segue ordenadamente os diferentes valores numéricos das letras. É uma explicação de inspiração cabalística.

Estas especulações preenchem o espírito ardente do jesuíta que, em 1649, inicia a redacção da História do Futuro, obra incompleta que se integra num plano mais vasto em que continuava a trabalhar quando a morte chegou. E assim ficou por acabar o verdadeiro *opus magnum* da consciência escatológica de Vieira – a sua *Clavis Prophetarum*.

Na realidade, todos os episódios do impulso profético que perseguiu a existência de Vieira procedem da mesma e única fonte, a fé militante no advento do Reino de Cristo. O sentido apaixonado da evangélica “plenitude dos tempos” filtra o que há de impuro na espessura do processo histórico e oferece à esperança renovadas garantias de futuro. O jesuíta subordinou tudo na vida à missão de reflectir, aprofundar e contribuir para que se consumasse na terra o Reino de Cristo. O produto final da reflexão e aprofundamento sobre a natureza e realização do Império de Cristo – o Quinto Império – encontra-se precisamente nessa obra que deixou incompleta com o título *Clavis Prophetarum*. O processo da instauração definitiva e final do Reino de Deus atinge neste texto a forma mais depurada e espiritual. Como pertinentemente se escreveu, “a importância das mediações da Igreja, e sobretudo de Portugal, vai-se lentamente esbatendo, na medida em que vai sendo assumida pela Plenitude do Amor, na eterna Bem-aventurança. Por isso, o interesse que Vieira dá ao papel da nação portuguesa quase desaparece na *Clavis Prophetarum*, ao contrário do que acontece nos outros escritos.”¹³

Vítima do Santo Ofício

O estado de espírito de Vieira para com a Inquisição está magistralmente condensado no dito frontal que lhe é atribuído: “Os inquisidores viviam da fé e os je-

¹² A. Vieira, *Obras Escolhidas*. Prefácio e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade. VI. Lisboa, Sá da Costa Ed., 1952, p. 2.

¹³ António Lopes, *Op. cit.*, p. 334.

suítas morriam por ela.”¹⁴ Mas a exaltação profética de carácter sebastianista levará o pregador a ter de prestar contas ao tribunal do Santo Ofício.

O cerco inquisitorial começou a apertar-se em 1663. Acusam-no de levar a sério Bandarra, a quem chama profeta, e de simpatizar com os judeus. Depois de repetidamente ter tentado apresentar a sua própria defesa, será lida a sentença final na Inquisição de Coimbra, em Dezembro de 1667. Nela sai condenado a reclusão numa casa da Companhia, privado de voz activa e passiva, e proibido de pregar.

Felizmente, no ano seguinte, a mudança política introduzida pelo golpe de Estado promovido pelo que será o rei D. Pedro II, restituiu a liberdade a Vieira, mas não a plena reabilitação. Para procurá-la, aproveita a oportunidade de se deslocar a Roma onde permanecerá cerca de seis anos. Volta aí aos velhos tempos de pregador reputado, a quem a Rainha Cristina da Suécia quer ouvir na capela de sua casa.

Em Roma, aproveita para defender novamente os judeus e cristãos novos e procura desacreditar o Santo Ofício, não sendo de excluir que haja prestado alguma colaboração a um antigo notário da Inquisição portuguesa, Pedro de Lupina Freire, na redacção das *Notícias Recônditas*¹⁵, onde se mostram os métodos e procedimentos indignos seguidos pelos inquisidores. Este e outros documentos produzem efeito, já que Clemente X promulgou, em 1674, a suspensão dos processos, julgamentos e autos-de-fé, embora os inquisidores só tenham acatado parcialmente a decisão papal.

Vieira é que nunca se conformou com o processo, os maus tratos e as sanções de que foi vítima, perpetrados pelo Santo Ofício. Segundo acreditava, todo o processo estava viciado, tanto em matéria de facto como no plano formal. O elenco das arbitrariedades era vasto, segundo consta dos papéis do Padre António Vieira.

Como quer que seja, Vieira acabou por obter, por Breve pontifício de 17 de Abril de 1675, a isenção por toda a vida de qualquer jurisdição e poder da Inquisição portuguesa, ficando sujeito unicamente à Congregação do Santo Ofício de Roma. Protegido por ele, regressou a Portugal, onde foi recebido com frieza, em virtude de a Corte continuar apostada em apoiar o Santo Ofício. Sem ambiente propício em Lisboa, parte, de novo, em 1681, para a Baía e, no Brasil, permanecerá até à morte, entregue à preparação da edição dos sermões e de outros escritos.

Mas nem no Brasil se sentirá completamente vingado das malfeitorias da Inquisição. É que tendo esta sido restaurada nos seus plenos poderes, quiseram os estudantes de Coimbra celebrar o evento. E que ritual haviam de utilizar? Nem mais nem menos do que este: queimar António Vieira em efígie.

Lá longe, o homem dos sete ofícios desabafará dizendo: “Não merecia António Vieira aos portugueses, depois de ter padecido tanto por amor da pátria, e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas e lhe fizessem tão honradas exéquias.”¹⁶

Volvidos mais de três séculos sobre a morte de Vieira, a sua memória continua a impor-se quase sempre pelas razões mais nobres.

Em primeiro lugar, pela obra escrita que nos deixou. Vieira faz parte dos mais notáveis monumentos da nação portuguesa pela prodigiosa arquitectura verbal

¹⁴ J. Lúcio de Azevedo, *História do P.^e António Vieira*. 3.^a ed., II. Lisboa, Clássica Ed., 1992, p. 153.

¹⁵ J. Lúcio de Azevedo, *Op. cit.*, p. 144.

¹⁶ António Vieira, *Cartas*. III..., p. 453.

posta ao serviço de causas tão exaltantes ontem como hoje: a defesa da independência e afirmação de Portugal, a inculcação dos valores cristãos, a promoção da justiça e dignificação dos mais fracos. Se a doutrina, na sua essência, permanece válida e o vigor da expressão linguística se mantém exemplar, existem contudo torneios no discurso e estilos de argumentação hoje tornados irritantes e caducos. Não chegam, porém, estas e outras reservas para desacreditar nem sequer empalidecer o merecimento e exemplaridade perene da globalidade dos textos com que o jesuíta nos prendou.

Em segundo lugar, impõe-se pela grandiosidade dos sonhos que acalentou. Foi Vieira um dos raros portugueses a ter a coragem de verdadeiramente pensar em grande, agindo em conformidade e defendendo com tenacidade invencível os projectos em que acreditou. As ousadias do jesuíta, que desafiaram frequentemente o “bom senso” instalado, forçam-nos a pensar que, em tantíssimos aspectos, Portugal poderia não só ser outro, como provavelmente poderia ter chegado mais depressa aonde acabou por chegar. Por exemplo, e descontada a ironia das personagens, o fim da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos decidida pelo Marquês de Pombal bem podia ter ocorrido mais de um século antes.

Pelo palco e cenário onde interpretou a “comédia da sua vida, pelas tensões espirituais e políticas em que se moveu, pelo culto da língua portuguesa em cujo território instalou uma pátria de utilizadores que o reconhece como mestre, o Padre António Vieira personifica, como mais ninguém, os desafios e criatividade do espaço cultural luso-brasileiro. No programa de invenção do futuro que a comunidade dos povos de língua portuguesa tem de actualizar permanentemente, constará sempre por direito próprio a presença tutelar de Vieira.